

Boa tarde. Quero, em primeiro lugar, dizer ao povo do Brasil que hoje é um dia, para mim, de muita satisfação, como Presidente e como brasileiro, porque conversei com os principais candidatos à sucessão presidencial. E conversamos com espírito público, pensando no País.

Em primeiro lugar, os Ministros que me acompanharam e que estão aqui presentes também me ajudaram a transmitir a cada um dos candidatos tudo o que sabemos a respeito do que estamos fazendo – e sabemos, naturalmente, o que está acontecendo – nas negociações com o Fundo Monetário Internacional, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e com o Banco Mundial.

Pedi, sobretudo, àqueles que participaram mais diretamente das negociações, o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o Doutor Armínio Fraga, Presidente do Banco Central, que não poupassem detalhes para mostrar que este governo está preocupado com o bem do Brasil, e não apenas com os seus interesses de governo e, menos ainda, com quaisquer interesses exclusivamente partidários.

Os acordos que estão sendo elaborados são acordos que prevêm a possibilidade de uma transição tranqüila, venha a ganhar quem vier.

Uma transição que não apenas permita – o que eu dou por descontado, que vai ser assim – que este governo vá até o fim do ano com condições de controlar o processo financeiro e o processo econômico e de manter o Brasil no seu rumo, mas que o próximo Governo também encontre condições positivas. Condições positivas para que eles possam tomar os rumos que entenderem ser os melhores e mais convenientes para o Brasil, que virão, nesse caso, respaldados pelo apoio popular.

Qualquer mandato novo é um mandato novo. Fosse eu num novo mandato, o que não é o caso, mudaria também alguma coisa, porque as circunstâncias mudam. E, naturalmente, aqueles que estão numa posição de crítica não têm por que abandonar a sua posição de crítica, porque conversaram com o Presidente da República. Nem foi para isso que os chamei aqui. Foi para dizer-lhes que estamos pavimentando o caminho, para que, com segurança para o Brasil, sejam aplicadas as políticas que parecerem a eles as mais convenientes, no ano que vem.

No que diz respeito àquilo que é a segurança para o Brasil, a primeira questão era demonstrar, como demonstramos, que fizemos um acordo nas melhores condições possíveis.

De toda maneira, a comunidade internacional reafirmou a sua confiança no País. E reafirmou de modo tal que é possível dizer que o grande desembolso dos recursos vai ser no ano que vem. Praticamente, são 30 bilhões do Fundo Monetário e mais 7 bilhões do Banco Mundial e do BID. Destes nós, no máximo, neste ano, receberíamos 7 bilhões, e 30 bilhões são para fazer frente aos nossos compromissos no próximo ano.

Fazer frente aos compromissos não significa que esses recursos sejam necessários, na sua integralidade. A situação da economia brasileira é uma situação de controle. Nós temos absoluta confiança de que continuaremos honrando os nossos compromissos.

Isso foi transmitido, com detalhes, inclusive quanto às taxas de juros, que são as mais favoráveis e possíveis de serem alcançadas, entre 4 e 5%, dependendo do tipo de empréstimo, do modo pelo qual será feito esse desembolso e dos nossos compromissos.

Explicamos, com detalhe, o que significa um voto de apoio adicional a nós, o fato de o piso das reservas ter baixado de 15 para 5 bilhões de

dólares, o que não significa que tenhamos que gastar, mas mostrar que temos mais recursos à nossa disposição. É como se fosse, até, um empréstimo adicional.

Mostramos tudo isso e que não há nenhum outro argumento ou nenhuma outra exigência embutida no acordo, a não ser o compromisso, que já era nosso, que já foi votado pelo Congresso, de termos um superávit primário de 3,75% no próximo ano, que se prolongará nos próximos anos, dependendo, naturalmente, de circunstâncias: taxa de juros, taxa de crescimento, etc., etc., que serão revistas no decorrer do tempo, a cada quatro meses, e nenhuma outra condicionalidade. Nada a ver com questões comerciais; nada a ver com privatizações, como nunca houve. Nunca fizemos nenhum acordo que trouxesse embutida qualquer condicionalidade dessa natureza. Um acordo puramente bancário, e favorável.

E tenho a satisfação de lhes dizer que a reação de todos eles foi de compreensão. O candidato Luiz Inácio Lula da Silva reiterou o que já havia dito antes. Posso até ler dois trechos. No programa do PT, disse assim: “Nosso governo vai preservar o superávit primário o quanto for necessário, de maneira a não permitir que ocorra um aumento da dívida interna em relação ao PIB, o que poderia destruir a confiança na capacidade de o Governo cumprir seus compromissos.” Mais adiante, na carta ao povo brasileiro: “Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário, para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade de o Governo honrar seus compromissos.”

Essa foi a posição manifestada a nós três pelo PT e por seu candidato, ali presente, de que não há dúvida nenhuma quanto ao que entenderam sobre o acordo. Nós nos comprometemos a enviar os memorandos de entendimento, assim que os tenhamos, porque não há nada a esconder. E a disposição é a de manter os contratos e os compromissos.

Não foi diferente a atitude do candidato Ciro Gomes, que também já tinha dito, de maneira muito explícita, o seguinte: “Sempre tive – e os renovo agora, projetando-os para um eventual governo futuro que eu venha a presidir, por vontade soberana do povo brasileiro – sempre tive compromisso com a austeridade fiscal, com a estabilidade da moeda e

com o respeito aos contratos.” Isso foi reafirmado diante de todos nós. Mais ainda: “A saída não é dar calote, nem desrespeitar, de qualquer outra maneira, os contratos da dívida. As condições práticas vão permitir que se reduza a taxa de juros”, etc., etc.

O candidato José Serra, da mesma forma, tem sido bastante explícito em mostrar que apóia o acordo e que cumprirá as condições do acordo.

De tal maneira, também, o candidato Garotinho não fez nenhuma observação. No final, deixou aos cuidados do Ministro da Fazenda um envelope fechado com uma carta, que eu não li. Mas, na conversa, os esclarecimentos foram prestados e ele me disse que parte do que estava naquela carta já estava esclarecido. Ele disse também: “Já era uma previsão antes do acordo quanto ao superávit primário de 3,75.” Portanto, não há problemas quanto a isso.

Todos reafirmaram essa mesma linha, essa mesma posição.

Tampouco li o texto que me foi deixado, só no final, pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva, que, na verdade, reafirma o que já tinha dado nessas notas que acabei de ler e faz outras considerações sobre questões que não são pertinentes à nossa conversa, porque não diziam respeito à questão do Fundo Monetário Internacional.

De modo que acho que foi uma prova de maturidade. Maturidade política, de compreensão, de clareza, de transparência. Aqui, não há cartas escondidas na manga. Aqui, há a vontade de ajudar o Brasil.

Eu queria transmitir isso ao povo brasileiro e dizer que estou muito contente por ter sido possível realizar, com alto nível de civilidade, esse acordo.